

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E ESTADO.....	05
2.1 O PAPEL DO ESTADO.....	05
2.1.1 Ideologia como fator de criação.....	08
2.1.2 Estado e Constituição.....	10
3 A CONSTITUIÇÃO COMO LEI SUPREMA.....	16
3.1 EFICÁCIA NORMATIVA.....	18
3.2 CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE E PROGRAMÁTICA.....	20
3.3 SISTEMA DE PRINCÍPIOS E NORMAS.....	23
3.4 A PRINCIPIOLOGIA VISTA POR DWORKIN E ALEXY.....	31
3.4.1 O princípio para Ronald Dworkin.....	32
3.4.2 O princípio para Robert Alexy.....	35
3.5 HERMENÊUTICA NO SEU PAPEL DE INTERPRETAR.....	38
4 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	42
4.1 LEGALIDADE.....	43
4.2 IMPESSOALIDADE.....	46
4.3 MORALIDADE.....	48
4.3.1 A moral formal de Habermas.....	50
4.3.2 Moralidades subjetiva e objetiva de Hegel.....	52
4.4 PUBLICIDADE.....	54
4.5 EFICIÊNCIA.....	56
4.6 SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PARTICULAR.....	60
5 ATO ADMINISTRATIVO.....	66
5.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	66
5.2 ATO ADMINISTRATIVO E ATO DA ADMINISTRAÇÃO.....	69
5.3 ATOS DE GOVERNO E ATOS POLÍTICOS.....	72
6 ATO ADMINISTRATIVO: CONCEITO.....	76
7 ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	80
8 ELEMENTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	84
8.1. SUJEITO OU COMPETÊNCIA.....	85
8.2 OBJETO.....	87
8.3 FORMA.....	89
8.4 FINALIDADE.....	91
8.4.1 Desvio de poder.....	93
8.5 MOTIVO.....	98
8.5.1 Motivo e motivação.....	99
8.5.2 Teoria dos motivos determinantes.....	101
9 DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO.....	104
9.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	104
9.2 ATO VINCULADO.....	105
9.3 ATO DISCRICIONÁRIO.....	106
9.4 O PODER VINCULADO AO RESULTADO.....	110
10 A CONSTRUÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	113
10.1 DIREITO E LINGUAGEM.....	113

10.2 CONCEITO INDETERMINADO OU ABERTO.....	119
11 MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	125
11.1 PODER DISCRICIONÁRIO.....	128
11.2 DEVER DE BOA ADMINISTRAÇÃO.....	133
11.3 A JUSTIÇA COMO BASE DO DEVER DE BOA ADMINISTRAÇÃO.....	136
12 CONFLITOS E LIMITES DISCRICIONÁRIOS.....	140
12.1 O PAPEL DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	142
12.2 PONDERAÇÃO COMO MEIO DE ESCOLHA.....	145
13 O CONTROLE JUDICIAL EM NOME DA SOCIEDADE.....	151
14 CONCLUSÃO.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161